

para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no CCMG, favorável à Fazenda Pública Estadual. Nos termos do RPTA - estabelecido pelo Decreto nº 44.747/2008, o acesso à íntegra do referido Auto de Infração, assim como as intervenções no PTA eletrônico (e-PTA) pelo interessado ou seu representante, no prazo regulamentar, deverão ocorrer apenas em meio eletrônico, dentro do Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual - SIARE, disponível no endereço eletrônico da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – www.fazenda.mg.gov.br – ou no endereço eletrônico para login no sistema https://www2.fazenda.mg.gov.br/sol/, ficando sem efeito as entregas feitas nas repartições fazendárias.

Para acesso ao SIARE, favor comparecer na repartição fazendária acima mencionada, situada na Rua João Morato de Faria, 145 2º andar –Centro – CEP. 35500-615 Divinópolis/MG, para obter sua SENHA inicial de acesso ao referido sistema.

Persistindo ainda alguma dúvida acesse o canal Fale Conosco - Assunto - PTA ELETRÔNICO - e-PTA, no endereço http://formulario.faleconosco.fazenda.mg.gov.br/sefatendeweb/pages/faleconoscoFormulario.xhtml e-PTA Nº: 01.004322182-87
Sujeito Passivo: LUIZ FERNANDO CANDIDO REZENDE
Identificação: 353.295.458-38
Endereço: R Rio Grande do Norte, 722 B. Paradiso Cep. 35593054 Lagoa da Prata/MG
Coobrigado: RZ ALIMENTO LIMITADA
Identificação: 004940665.00-96
Endereço: R Bahia, 670 B. Santa Eugenia II CEP 35593156 Lagoa da Prata/MG

Divinópolis/MG, 02/10/2025.

Montovany Ângelo de Faria

MASP 668.310-6

Delegado Fiscal– DF/Divinópolis

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DIVINÓPOLIS
DELEGACIA FISCAL DE DIVINÓPOLIS

Fica o sujeito passivo intimado a promover, no prazo de 30(trinta)dias, a contar desta publicação, o Pagamento/Parcelamento/Impugnação do crédito tributário constituído mediante o Auto de Infração (e-PTA) a seguir relacionado, lavrado pela Delegacia Fiscal de Divinópolis, nos termos da legislação vigente, sob pena de revelia e reconhecimento do crédito tributário, circunstância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no CCMG, favorável à Fazenda Pública Estadual. Nos termos do RPTA - estabelecido pelo Decreto nº 44.747/2008, o acesso à íntegra do referido Auto de Infração, assim como as intervenções no PTA eletrônico (e-PTA) pelo interessado ou seu representante, no prazo regulamentar, deverão ocorrer apenas em meio eletrônico, dentro do Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual - SIARE, disponível no endereço eletrônico da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – www.fazenda.mg.gov.br – ou no endereço eletrônico para login no sistema https://www2.fazenda.mg.gov.br/sol/, ficando sem efeito as entregas feitas nas repartições fazendárias.

Para acesso ao SIARE, favor comparecer na repartição fazendária acima mencionada, situada na Rua João Morato de Faria, 145 2º andar –Centro – CEP. 35500-615 Divinópolis/MG, para obter sua SENHA inicial de acesso ao referido sistema.

Persistindo ainda alguma dúvida acesse o canal Fale Conosco - Assunto - PTA ELETRÔNICO - e-PTA, no endereço http://formulario.faleconosco.fazenda.mg.gov.br/sefatendeweb/pages/faleconoscoFormulario.xhtml e-PTA Nº: 01.004419532-88

Sujeito Passivo: SHOP TEM DE TUDO LTDA

Identificação: 004430851.00-23

Endereço: Av Antonio Olimpio De Moraes, 338 Andar 10 Sala 1002 Centro Cep. 35500005 Divinópolis/MG
Coobrigado: Jair Vilela da Fonseca
Identificação: 710.926.096-87

Endereço: R Manoel Arnobio, 4 Apto 202 B. Sao Francisco CEP 35530000 Cláudio/MG

Divinópolis/MG, 02/10/2025.

Montovany Ângelo de Faria

MASP 668.310-6

Delegado Fiscal– DF/Divinópolis

02 2131993 - 1

SRF I - Juiz de Fora

SRF I JUIZ DE FORA AF 2º NÍVEL MURIAÉ
INTIMAÇÃO

Fica o sujeito passivo abaixo intimado a promover, no prazo de 30 (trinta) dias a contar desta publicação, o pagamento /parcelamento / impugnação do crédito tributário constituído mediante o Auto de Infração(e-PTA) a seguir relacionado , lavrado pela Delegacia Fiscal de Muriaé, nos termos da legislação vigente, sob pena de revelia e reconhecimento do crédito tributário, circunstância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no CC/MG favorável à Fazenda Pública Estadual.

Nos termos do RPTA estabelecido pelo Decreto nº 44.747/2008, o acesso à íntegra do referido Auto de Infração, assim como as intervenções no PTA eletrônico(e-PTA) pelo interessado ou seus representantes, no prazo regulamentar, deverão ocorrer apenas em meio eletrônico, dentro do Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual(SIARE), disponível no endereço eletrônico da Secretaria de Estado de Minas Gerais – www.fazenda.mg.gov.br – ou no endereço eletrônico para login no sistema https://www2.fazenda.mg.gov.br/sol/, ficando sem efeito as entregas feitas nas repartições fazendárias. Para acesso ao SIARE, favor comparecer na Repartição Fazendária acima mencionada, situada na Rua Coronel Domiciano, nº 170 – Centro – Cep. 36.880.013 Muriaé/MG, ou realizar contato pelo endereço eletrônico afmuriae@fazenda.mg.gov.br, para obtenção da senha inicial de acesso ao referido sistema.

Persistindo ainda alguma dúvida acesse o Canal Faleconosco – Assunto – PTA Eletrônico – Epta no endereço http://formulario.faleconosco.fazenda.mg.gov.br/sefatendeweb/pages/faleconoscoFormulario.xhtml e-PTA: 01.004517035-35
Sujeito Passivo: Neuza Maria da Silva
CPF: 703.818.526-87
Endereço: Rua Francisco Sebastião de Oliveira, n. 325 - Bairro Jardim América do Sul - Cep. 37.150-000 – Carmo do Rio Claro/MG

Muriaé, 01 de outubro de 2025.

Marcos Giovanni Garbero

Chefe – Administração Fazendária 2º Nível Muriaé.

SRF I JUIZ DE FORA AF 2º NÍVEL MURIAÉ
INTIMAÇÃO

Fica o sujeito passivo abaixo intimado a promover, no prazo de 30 (trinta) dias a contar desta publicação, o pagamento /parcelamento / impugnação do crédito tributário constituído mediante o Auto de Infração(e-PTA) a seguir relacionado , lavrado pela Delegacia Fiscal de Muriaé, nos termos da legislação vigente, sob pena de revelia e reconhecimento do crédito tributário, circunstância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no CC/MG favorável à Fazenda Pública Estadual.

Nos termos do RPTA estabelecido pelo Decreto nº 44.747/2008, o acesso à íntegra do referido Auto de Infração, assim como as intervenções no PTA eletrônico(e-PTA) pelo interessado ou seus representantes, no prazo regulamentar, deverão ocorrer apenas em meio eletrônico, dentro do Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual(SIARE), disponível no endereço eletrônico da Secretaria de Estado de Minas Gerais – www.fazenda.mg.gov.br – ou no endereço eletrônico para login no sistema https://www2.fazenda.mg.gov.br/sol/, ficando sem efeito as entregas feitas nas repartições fazendárias. Para acesso ao SIARE, favor comparecer na Repartição Fazendária acima mencionada, situada na Rua Coronel Domiciano, nº 170 – Centro – Cep. 36.880.013 Muriaé/MG, ou realizar contato pelo endereço eletrônico afmuriae@fazenda.mg.gov.br, para obtenção da senha inicial de acesso ao referido sistema.

Persistindo ainda alguma dúvida acesse o Canal Faleconosco – Assunto – PTA Eletrônico – Epta no endereço http://formulario.faleconosco.fazenda.mg.gov.br/sefatendeweb/pages/faleconoscoFormulario.xhtml e-PTA: 01.004508515-57

Sujeito Passivo: Leandro Marcelo Grilo

CPF: 074.275.216-09

Endereço: Rua Vitória, n. 385 – Bairro Vila Esperança – Cep. 87.020-320 – Maringá/PR

Muriaé, 01 de outubro de 2025.

Marcos Giovanni Garbero

Chefe – Administração Fazendária 2º Nível Muriaé.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA DE

JUIZ DE FORA

EDITAL 019.045/2025 - CANCELAMENTO

Por encerrarem suas atividades sem o cumprimento do disposto no art.16, incisos IV e XIII da Lei nº 6.763/75, combinado com os arts. 96, inciso V, 109 e 111, todos do RICMS/02, aprovado pelo Decreto nº 43.080/02, ficam os contribuintes abaixo relacionados, representados por seus sócios e coobrigados, cientes de que a partir da data desta publicação, suas inscrições no Cadastro de Contribuintes do ICMS estarão canceladas de Ofício, nos termos do art. 108, inciso II, alíneas "b" e "c" do mesmo RICMS/02 e seus comprovantes de Inscrição Estadual sem validade alguma.

Município de Viçosa.

Inscrição Estadual Nome Empresarial

005242356.00-95 VILLA COFFEE COMERCIO E EXP. LTDA

Quinta-feira, 2 de outubro de 2025.

Chefe de Unidade

Paulo Giovanni Toledo

02 2131995 - 1

SRF I - Uberaba

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA

AF/1º NÍVEL - UBERABA

INTIMAÇÃO

Fica o sujeito passivo intimado da peça fiscal abaixo relacionada, lavrada pela Delegacia Fiscal de Uberaba. Informamos que é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, o prazo para liquidação do crédito tributário com as reduções legais. Comunicamos que não cabe impugnação em relação ao referido PTA por se tratar de crédito tributário de natureza não contenciosa e que a falta de pagamento ou parcelamento implicará inscrição em dívida ativa e cobrança judicial. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos pelo canal de atendimento disponível no Portal da SEF – link:

https://atendimento2.fazenda.mg.gov.br/csm

Auto de Infração/PTA nº: 01.004494344-68

Sujeito Passivo: RENATO CAPOLI DOS SANTOS 01211643654

I.E.: 003.442210-00-84

End: Rua José Bonifácio, nº 364, Bairro Cidade Jardim.

Uberaba/MG. CEP: 38.030-140.

Sujeito Passivo: RENATO CAPOLI DOS SANTOS

CPF: 012.116.436-54

End: Rua José Bonifácio, nº 364, Bairro Cidade Jardim.

Uberaba/MG. CEP: 38.030-140.

Uberaba, 02 de outubro de 2025.

Wagner José da Silva Júnior

Chefe AF/1º Nível/ Uberaba

02 2131997 - 1

SRF II - Varginha

AF/2ºNÍVEL/VARGINHA – SRF II - VARGINHA

INTIMAÇÃO

Fica o coobrigado intimado a promover, no prazo de 30 (trinta) dias a contar desta publicação, o pagamento/parcelamento/impugnação do crédito tributário constituído mediante o Auto de Infração(e-PTA), a seguir relacionado, lavrado pela Delegacia Fiscal2º nível/Varginha, nos termos da legislação vigente, sob pena de revelia e reconhecimento do crédito tributário, circunstância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no CC/MG, favorável à Fazenda Pública Estadual. Nos termos do RPTA – estabelecido pelo Decreto nº 44.747/2008, o acesso à íntegra do referido Auto de Infração, assim como as intervenções no PTA eletrônico (e-PTA) pelo interessado ou seu representante, no prazo regulamentar, deverão ocorrer apenas em meio eletrônico, dentro do Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual - SIARE, disponível no endereço eletrônico da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – www.fazenda.mg.gov.br – ou no endereço eletrônico para login no sistema https://www2.fazenda.mg.gov.br/sol/, ficando sem efeito as entregas feitas nas repartições fazendárias.

Para acesso ao SIARE, favor comparecer na repartição acima mencionada, situada na Av. Celina Ferreira Ottoni, nº 39 – Jd Vale dos Ipês -CEP 37026-575, Varginha/ MG – Fone 35 – 3068-0100, ou realizar contato pelo endereço eletrônico afvarginha@fazenda.mg.gov.br, para obtenção da Senha inicial de acesso ao referido sistema. Persistindo ainda alguma dúvida acesse o canal Fale Conosco/ Assunto/ICMS – PTA Eletrônico > (e PTA), no endereço http:// Formulario.faleconosco.fazenda.mg.gov.br/sefatendeweb/pages/ faleconoscoFormulario.xhtml e-PTA 01.004237809-03

Coobrigado: Diego Ferreira Andrade

CPF: 068.619.326-12

End. R. Um, nº 60 – Bairro Alphaville – Três Pontas – MG - CEP 37.190-000

Sujeito Passivo: Auto Posto Motor Express Princesa do Sul Ltda

IE: 003554274.00-81

Varginha, 1º de outubro de 2025.

Ana Maria Ponciano Rodrigues Rezende – Masp 331.969-6

Chefe da AF/2º Nível/Varginha

SRF II VARGINHA

DELEGACIA FISCAL/2º NÍVEL/POUSO ALEGRE

TERMO DE INTIMAÇÃO

Nos termos do art. 69, inciso I, c/c art. 10, § 1º, ambos do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, fica o contribuinte abaixo INTIMADO do Auto de Início de Ação Fiscal – AIAF Nº 10.000055784.15, tendente a verificação do cumprimento de obrigações tributárias principal e acessória, inclusive escrituração contábil, previstas na legislação tributária e societária vigente.

Nos termos do art. 70 do RPTA/MG, informamos que o período a ser fiscalizado é de 06/12/2011 a 04/09/2025. O objeto da auditoria é a verificação do recolhimento do ITCD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos de protocolo SIARE nº 202.007.032.087-4.

Fica o contribuinte abaixo, intimado a apresentar na sede da Delegacia Fiscal de Pouso Alegre, localizada na Av. Doutor João Beraldo, nº 986 – Centro – Pouso Alegre/MG, no prazo de 03 (três) dias, a contar desta publicação, comprovação do recolhimento do imposto devido do ITCD, referente ao protocolo SIARE nº 202.007.032.087-4, inventário de Joselina de Moraes, CPF 040.920.996-14 – data do óbito de 06/12/2011.

Sujeito Passivo: Marcelo Henrique Moraes

Identificação: 116.439.976045

Endereço: Rua Angelo Caetano dos Santos, nº 606 – Bairro do Cruzeiro - Camanducaia/mg – Cep. 37650.000

Pouso Alegre, 02 de outubro de 2025.

Carlos Eduardo Lima Ferreira

Delegado Fiscal / DF Pouso Alegre

SRF II VARGINHA

DELEGACIA FISCAL/2º NÍVEL/POUSO ALEGRE

TERMO DE INTIMAÇÃO

Nos termos do art. 69, inciso I, c/c art. 10, § 1º, ambos do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, fica o contribuinte abaixo INTIMADO do Auto de Início de Ação Fiscal – AIAF Nº 10.000055378.24, tendente a apurar a verificação de obrigações tributárias principal e acessória, inclusive escrituração contábil, previstas na legislação tributária e societária vigente.

Nos termos do art. 70 do RPTA/MG, informamos que o período a ser fiscalizado é de 01/01/2021 a 31/12/2024. O objeto da auditoria é a verificação fiscal das obrigações principal e acessórias, relativas aos débitos de ICMS, levantados através do cruzamento de cartões de débito e crédito.

Fica o sujeito passivo abaixo intimado a apresentar na sede da Delegacia Fiscal de Pouso Alegre, endereço Av. João Beraldo, nº 986 em Pouso Alegre/MG, no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar desta publicação, Planilha de Detalhamento de Vendas das operações realizadas pelo mencionado contribuinte referente ao período de 01/01/2021 a 31/12/2024.

Sujeito passivo: Erika Fernandes de Freitas

Inscrição Estadual: 003460202.00-20

CNPJ 33.807.776/0001-77

Endereço: Av. João Baptista Piffer, nº 9721 – Bairro Jardim Aeroporto - Pouso Alegre/mg – Cep. 37560-176

Pouso Alegre/mg, 02 de outubro de 2025.

Carlos Eduardo Lima Ferreira

Delegado Fiscal / DF Pouso Alegre

SRF II VARGINHA

DELEGACIA FISCAL/2º NÍVEL/POUSO ALEGRE

TERMO DE INTIMAÇÃO

Fica o sujeito passivo intimado a promover, no prazo de 30(trinta)dias, a contar desta publicação, o Pagamento/Parcelamento/Impugnação do crédito tributário constituído mediante o Auto de Infração (e-PTA) a seguir relacionado, lavrado pela Delegacia Fiscal / 2º nível / Pouso Alegre, nos termos da legislação vigente, sob pena de revelia e reconhecimento do crédito tributário, circunstância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no CCMG, favorável à Fazenda Pública Estadual.

Nos termos do RPTA - estabelecido pelo Decreto nº 44.747/2008, o acesso à íntegra do referido Auto de Infração, assim como as intervenções no PTA eletrônico (e-PTA) pelo interessado ou seu representante, no prazo regulamentar, deverão ocorrer apenas em meio eletrônico, dentro do Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual - SIARE, disponível no endereço eletrônico da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – www.fazenda.mg.gov.br – ou no endereço eletrônico para login no sistema https://www2.fazenda.mg.gov.br/sol/, ficando sem efeito as entregas feitas nas repartições fazendárias.

Para acesso ao SIARE, favor comparecer na repartição fazendária acima mencionada, situada na Avenida Doutor João Beraldo, 986, bairro Centro, Pouso Alegre / MG, para obter sua SENHA inicial de acesso ao referido sistema.

Persistindo ainda alguma dúvida acesse o canal Fale Conosco - Assunto - PTA ELETRÔNICO - e-PTA, no endereço http://formulario.faleconosco.fazenda.mg.gov.br/sefatendeweb/pages/faleconoscoFormulario.xhtml e-PTA Nº: 01.004466947-01

Sujeito Passivo: CREUSA FERREIRA MAGALHAES

Identificação: 893.611.056-04

Endereço: AVENIDA SAO VICENTE DE PAULO, 515, BAIRRO SAO VICENTE. ITAJUBA/MG. CEP 37.502-082.

Pouso Alegre, 02 de outubro de 2025.

Carlos Eduardo Lima Ferreira

Delegado Fiscal

02 2131998 - 1

Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias

Secretário: Pedro Bruno Barros de Souza

Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH

Diretora-Geral: Ilce Alves Rocha Perdigão

PORTARIA Nº 14, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025

Institui Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.O DIRETORA-GERAL da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 9º do Decreto nº 47.930, de 29 de abril de 2020, eCONSIDERANDO o disposto no artigo 12 da Lei 19.420, de 11 de janeiro de 2011;

CONSIDERANDO a necessidade da organização e avaliação dos documentos arquivados na Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte,DETERMINA:Art. 1º–Fica instituída, no âmbito da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – ARMBH –, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo – CPAD –, conforme determina o artigo 12 da Lei 19.420, de 11 de janeiro de 2011.Art. 2º–A CPAD será composta pelos servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:I– Guilherme Mitsuiuchi Oliveira, Matrícula MGS-159839;II –Ananda Camargo da Silva, MASP1.372.512-2;III–Clarice Gonçalves do Vale, MASP 1.488.816-8;IV–Newton de Carvalho Júnior, MASP1.369.4269-4;V– Leticia Coulaud da Rocha Lima Tessari, MASP 1.485.246-1;§ 1º–Compete ao presidente indicar seu substituto dentre os demais membros da Comissão, para substituí-lo nas hipóteses de ausência ou impedimento.§ 2º–Ficam designados os servidores abaixo relacionados para fornecerem suporte técnico à CPAD:I–Alessandra Siqueira Seabra, MASP 388.754-4;II– Lucas Silvestre Dutra, MASP1.373.817-4.Art. 3º – Compete à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo:I – Orientar e realizar o processo de análise, avaliação, seleção e mudança dos documentos produzidos e acumulados no arquivo das diversas unidades administrativas da Agência RMBH, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação daqueles destituídos de valor probatório e informativo;II – propor métodos de arquivamento voltados para o melhor aproveitamento do espaço físico disponível nas unidades e propor a organização virtual em conjuntos de sites e bibliotecas por meio do SharePoint;III – submeter-se às normas, instruções e procedimentos expedidos pelas Instituições Arquivistas Públicas de Minas Gerais, no âmbito de sua esfera de atuação, bem como pelo Conselho Estadual de Arquivos – CEA –, em consonância com os arts.10, 11, 12, 13 e 14 da Lei 19.420, de 11 de janeiro de 2011;IV – planejar fluxos de trabalho, controle de conteúdo e políticas de gerenciamento de informações para garantir que os documentos sejam devidamente auditados, mantidos, rotulados e tratados de acordo com os requisitos legais e institucionais da Agência RMBH;V – planejar os conteúdos sobre os tipos de documentos, como metadados, modelos de documento, políticas e processos de fluxo de trabalho.Art. 4º–Os membros da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo cumprirão mandato pelo período de 2 (dois) anos, admitindo-se sua recondução ou substituição a qualquer tempo. Art. 5º – A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo deverá apresentar relatórios semestrais dos trabalhos que forem realizados ao Gabinete da Agência RMBH.Art. 6º – Ficarevogadaa Portaria Agência RMBH nº 05/2025, publicada em 10 de junho de 2025.Art. 7º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2025

ILCE ALVES ROCHA PERDIGÃO

Diretora-Geral

Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

02 2131573 - 1

PORTARIA Nº 13, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025

Designa agente de contratação, de pregoeiro, bem como para compor a comissão de contratação, em caráter permanente, nas licitações da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - AGÊNCIA RMBH e revoga a Portaria nº 04, de 09 de agosto de 2024.

O Diretor-Geral da AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 9º do Decreto nº 47.930, de 29 de abril de 2020, em cumprimento ao que estabelece o Decreto nº 48.587 de 17 de março de 2023, que regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e CONSIDERANDO o que prescreve o art. 8 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece que a licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

CONSIDERANDO o que prescreve o Decreto nº 48587, de 17 de março de 2023, que dispõe sobre as regras para atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, o qual poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, em licitação que envolva bens ou serviços especiais;

CONSIDERANDO que o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, preferencialmente, entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública;

CONSIDERANDO que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

CONSIDERANDO que, em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro;

CONSIDERANDO que a equipe de apoio é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, podendo ser composto também por terceiros contratados, com a função de auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação na condução dos procedimentos licitatórios ou auxiliares e

CONSIDERANDO ainda que, a Portaria nº 04 de 09 de agosto de 2024, da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que designou servidores para a composição da Comissão Permanente de Licitação, teve sua vigência encerrada em de 08 de agosto de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados para o desempenho das funções de agente de contratação, de pregoeiro, bem como para compor a comissão de contratação, observados os requisitos estabelecidos no art. 8º do Decreto nº 48.587, de 17 de março de 2023, os servidores relacionados no Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo Único - O edital indicará o agente de contratação, o pregoeiro, ou os servidores para compor a comissão de contratação, nos procedimentos licitatórios a que se referir, assim como os respectivos substitutos.

Art. 2º - O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe, conforme disposto no parágrafo único do artigo 9º do Decreto nº